

**CADERNO
IYALETA
VOL 6**

AGOSTO 2024

Semiárido em perspectiva de Gênero:

**violências sexuais
contra meninas e
adolescentes e os
efeitos dos períodos
prolongados de seca**



Conselho Científico

Alcides Jorge de Carvalho dos Santos
Luiza Cavalcante dos Santos
Maria Inês da Silva Barbosa
Rafael Xucuru-Kariri
Tatiane de Cássia da Costa Malheiro

Coordenação Científica

Andréa Jacqueline Ferreira
Diosmar Filho
Emanuelle Góes

Coordenação de Comunicação

Mariana Gomes

Coordenação Técnica

Rejane Glauce

Coordenação de Projetos

Emerson Serra

Equipe Iyaleta

Georgia Nunes- Especialista em Design
Debora Campelo - Pesquisadora Mestra, Bolsista
Programa de Formação Iyaleta, 2024

Linha de Pesquisa

Equidade de Gênero e Justiça Reprodutiva

Projeto de Pesquisa

Adaptação Climática: uma intersecção Brasil 2030 [Fase
02: 2024-2026]

Caderno Iyaleta Vol. 06

Pesquisadora Autora

Emanuelle Freitas Góes
(Pesquisadora Sênior, Bolsista do
Programa de Formação Iyaleta, 2023-2026)

Revisão Crítica do Texto

Andréa Jacqueline Fortes Ferreira
(Pesquisadora Sênior, Bolsista do
Programa de Formação Iyaleta, 2023-2026)

Apoio Institucional

Instituto Clima e Sociedade - iCS
Diretora Executiva: Maria E. Netto de A. C. Schneider
Coordenador de Portfolio Engajamento e Comunicação:
Americo Sampaio
Ponto Focal Eixo de Agentes de Mudança para Ação
Climática: Leonildes Nazar
Endereço: Rua General Dionísio, nº 14 – Humaitá,
CEP22271-050, cidade do Rio de Janeiro, RJ

As publicações da Associação de Pesquisa Iyaleta estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas).

Acesse: www.iyaleta.org/plataformas/pesquisa/

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte.

Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Dados de registro na Biblioteca Nacional

Góes, Emanuelle F. Semiárido em perspectiva de Gênero: violências sexuais contra meninas e adolescentes e os efeitos dos períodos prolongados de seca. Caderno Iyaleta Vol. VI Selo Iyaleta. Org. Iyaleta – Pesquisa, Ciências e Humanidade: Salvador/BA – Brasil, 2024. 28p.

1. Direitos Reprodutivos 2. Ciências Humanas. 3. Brasil.

I. Título.

ISBN Ebook: 978-65-980472-5-2



SIGLAS E ABREVIATURAS

ASD Área Susceptível à Desertificação

CENSO 2010 Censo Demográfico 2010

CNES Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil

DATASUS Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFP Índice de Feminização da Pobreza

IST's Infecções Sexualmente Transmissíveis

MS Ministério da Saúde

ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMS Organização Mundial de Saúde

SINAN Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SINASC Sistema Nacional de Nascidos Vivos

UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância

VBG Violência Baseada em Gênero

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 INTRODUÇÃO	6
2 METODOLOGIA EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO	8
2.1 Semiárido brasileiro, o local do estudo	9
2.2 Bases de dados, seleção de variáveis	10
3 O SEMIÁRIDO E A POBREZA BASEADA EM GÊNERO	11
4 VIOLÊNCIAS SEXUAIS E SUAS CONEXÕES COM A SECA PROLONGADA	14
5 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E CASAMENTO INFANTIL, UMA REALIDADE NA POBREZA DO SEMIÁRIDO	20
6 CONSIDERAÇÕES	25
7 REFERÊNCIAS	27

APRESENTAÇÃO

A Associação de Pesquisa Iyaleta – Pesquisa, Ciências e Humanidades tem como perspectiva e horizonte que para uma adaptação climática que alcancem todas as pessoas é preciso atuar a partir do enfrentamento às desigualdades que estruturaram a sociedade ao longo do tempo. O ciclo da carbonização é desigual, mas o da descarbonização não precisa ser.

Neste sentido, por meio da Linha de Pesquisa Equidade de Gênero e Justiça Reprodutiva lançamos o **Caderno Iyaleta Vol. 06 Semiárido em perspectiva de Gênero: violências sexuais contra meninas e adolescentes e os efeitos dos períodos prolongados de seca**. Esta publicação inaugura a segunda fase do **Projeto de Pesquisa "Adaptação Climática: uma intersecção Brasil 2030"**, que tem como objetivo a produção de estudos e pesquisas técnico-científicas sobre a implementação de adaptação climática no território nacional e internacional.

É reconhecido que as mudanças climáticas e os eventos extremos geram e adensam as Violências Baseadas em Gênero (VBG). Com isso, é necessário que os países e as realidades locais sejam visibilizados, considerando os contextos prévios de desigualdades baseada em gênero na sua intersecção com raça, geração, território e outros marcadores de opressão correlatos. Pois, esse contexto tem gerado efeitos diretos e indiretos à saúde sexual e reprodutiva de meninas e mulheres.

Entende-se também que as mudanças climáticas são uma questão de justiça reprodutiva, pois para a garantia da boa saúde sexual e reprodutiva é preciso bem-estar físico, espiritual, político, econômico e social, assim como é fundamental promover condições sociais (justiça social) como questões ligadas à moradia, ao acesso à água potável, à segurança alimentar e à terra.

São mulheres negras, indígenas e de comunidades tradicionais, assim como pessoas de orientação sexual, identidade e/ou expressão de gênero sub-representadas, aquelas que vivenciam formas múltiplas e interseccionadas de discriminação e opressão e devem ser particularmente priorizadas. Pessoas das margens, das periferias do mundo, as mais atingidas pelas crises humanitárias e pelos desastres climáticos e ambientais, no entanto, são elas que trazem a solução e por isso devem estar no centro para adaptação dos tempos que vivemos em mudanças. Neste sentido, é preciso que seus direitos sejam preservados e garantidos com justiça.

A partir desse entendimento, este Caderno Iyaleta tem como objetivo evidenciar e visibilizar a realidade de meninas e adolescentes que vivem nos municípios do Semiárido em extrema pobreza, e que têm sido impactadas pelas alterações do clima e pelos eventos climáticos extremos, nas regiões que têm sofrido em humanidade e natureza na interdependência. Acreditamos em uma comunidade saudável e um Estado pleno de direitos para o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos com justiça, autonomia e autodeterminação.

Emanuelle Góes
Coordenação Científica
Associação de Pesquisa Iyaleta





1. INTRODUÇÃO

Mulheres e águas: todos os dias são elas que vivem em terras secas, nas cidades e nos campos, e realizam a jornada em busca de fontes para abastecer sua morada, sua família, e sua comunidade (1–3). Estudos dizem que são meninas e mulheres as principais provedoras de água para os seus domicílios (1–4). Devido aos papéis sociais e desiguais de gênero, em muitos países, a obrigação da recolha de água é atribuída às meninas e mulheres, sendo de 8 em cada 10 agregados familiares as responsáveis por essa atribuição (4), assim, repercutindo nos direitos sexuais e reprodutivos.

Em várias partes do mundo têm sido registrados como a escassez de água e as secas prolongadas vem exacerbando as Violências Baseadas em Gênero (VBG). Quênia, Índia e Filipinas registram como os eventos climáticos extremos mais frequentes e intensos têm gerado empobrecimento nas regiões e agudizado as violências contra meninas e mulheres (5). A falta de serviços adequados de água e saneamento têm um maior impacto sobre as meninas e mulheres, incluindo como fator de risco para a Violência Baseada em Gênero (VBG) (4). As longas caminhadas em busca de água e os processos para acessarem a água têm colocado as pessoas em situação de extrema vulnerabilidade. As dinâmicas de gênero na intersecção com marcadores raciais e étnicos adensam essa situação - mulheres Dalit na Índia, por serem consideradas de casta inferior sofrem diversas formas de violências (verbais, sexuais e físicas) perpetradas por mulheres e homens quando vão buscar água nos pontos de distribuição (3).

Existe uma ligação direta entre as pressões ambientais e a VBG, assim como existe uma relação entre crises humanitárias (políticas, sanitárias e climáticas) e a violação dos direitos humanos de meninas e mulheres (3,6). Por isso que a VBG é uma questão central na agenda das mudanças climáticas.

Evidências significativas apontam como as alterações do clima, e particularmente desastres relacionados, podem ser ligadas ao aumento da vulnerabilidade à VBG, incluindo violência sexual, sexo transacional e tráfico de pessoas para fins sexuais. Por sua vez, esses estão ligados ao aumento do risco de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e gravidezes não intencionais (3,4,7).

A justiça ambiental compartilha com a justiça reprodutiva a estrutura ideológica essencial e ampla da justiça social, com foco no todo em vez de uma única questão. Com isso inclui-se os indicadores multidimensionais, acrescentando o bem-estar cultural, e considerando que a diversidade biológica e a diversidade cultural andam de mãos dadas. Uma está diretamente ligada à outra (8). Neste sentido, entende-se que as mudanças climáticas têm gerado e agudizado as injustiças reprodutivas e as violências baseadas em gênero (VBG).

Diante disso, este estudo tem como propósito apresentar como meninas e adolescentes que vivem nos municípios do semiárido em extrema pobreza são as mais expostas às violências sexuais e a maternidade na infância e na adolescência comparada com aquelas que estão fora desse contexto. Este cenário pode ser visto como uma demonstração do que pode acontecer de forma cada vez mais acentuada, e que em muitos lugares já está acontecendo, por causa do aumento da intensidade e frequência dos eventos extremos decorrentes das mudanças do clima.





2.METODOLOGIA EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO

As desigualdades de gênero e as violências geradas em decorrência dessa situação têm sido uma preocupação no contexto das mudanças climáticas, considerando que meninas e mulheres ficam mais vulnerabilizadas e susceptíveis à violação de direitos diante da ocorrência de eventos extremos.

Situações de violências baseadas em gênero (VBG) têm sido identificadas e denominadas como efeitos indiretos das mudanças do clima (BOX 1), que poderia também ser chamada de reação em cadeia ou efeito dominó, considerando que as pessoas já vivem em contextos de desigualdades de gênero, raça e território.

Box 1. Efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas nos direitos sexuais e direitos reprodutivos

- Incluem os impactos de fenômenos meteorológicos extremos nas instalações e infraestruturas de saúde e nas cadeias de abastecimento e insumos de saúde, que podem perturbar o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva. Isso pode levar a gravidezes indesejadas, complicações e morte durante o parto, abortos espontâneos e inseguros e aumentos nas Infecções Sexualmente Transmissíveis, entre outras situações e agravos.

Efeitos Diretos

- Incluem as consequências dos choques e tensões relacionados com as alterações do clima para as finanças das famílias, que podem reduzir os recursos disponíveis para os cuidados de saúde e o aumento da incidência de Violência Baseada em Gênero, incluindo o casamento precoce, a violência sexual, violência doméstica e o tráfico sexual.

Efeitos Indiretos

Fonte: Sexual and Reproductive Health and Rights (SRHR) in National Adaptation Plan (NAP) Processes

Com isso, para este estudo utilizamos a violência baseada em gênero (VBG) como categoria analítica, lente interpretativa na análise dos dados encontrados.

Conceitualmente, VBG é um dano que acontece a uma pessoa ou a um grupo de pessoas por causa de seu gênero. Com raízes nas desigualdades de gênero, no patriarcado e no desequilíbrio de poder, ocorre em todos os países e contextos (3). É definida como qualquer tipo de agressão física, psicológica, sexual ou simbólica contra alguém em situação de

vulnerabilidade devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Embora a Violência Baseada em Gênero (VBG) possa acontecer com qualquer pessoa que seja discriminada por causa de seu gênero, ela ocorre com mais frequência contra meninas e mulheres (9–11). Essa violência opera com outros marcadores de opressão causando experiências distintas para meninas e mulheres, na intersecção com raça, geração, classe e território (10). Pois, “gênero não está separado e guardado num armário próprio. Está, sim, embrenhado nas mutantes estruturas de poder e reviravoltas econômicas, no movimento das populações e na criação das cidades, na luta contra o apartheid, nos efeitos institucionais das minas, prisões, exércitos e sistemas educacionais” (12). Raewyn Connel (2016, pág. 33).

2.1 Semiárido brasileiro, o local do estudo

O território do Semiárido brasileiro é um dos mais povoados do mundo e se estende pelos nove estados da região Nordeste (n=1.171) e pelo Norte de Minas Gerais (n=91), totalizando 1.626 municípios. No total, ocupa 12% do território nacional e abriga cerca de 28 milhões de habitantes divididos entre zonas urbanas (62%) e rurais (38%). Trata-se de uma região rica sob vários aspectos: social, cultural, ambiental e econômico. O Semiárido brasileiro ao mesmo tempo que é um dos mais habitáveis do mundo é uma região particularmente suscetível aos efeitos e impactos das mudanças climáticas (13).

As mudanças climáticas em ambientes secos demonstram cenários de rigorosidade do processo de desertificação e de todas as mazelas oriundas, como a ampliação da pobreza. No Brasil, as atenções voltam-se para as Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD)¹ grande parte localizada na região Nordeste, devido aos fatores de pressão e dos estados de degradação ambiental. A Caatinga e o Cerrado são relegados às mazelas do preconceito, sendo menos estudados e menos projetados no cenário nacional e mundial de políticas públicas climáticas (14).

Os danos causados nos biomas ocasionam um empobrecimento da humanidade, em vista de todas as perdas decretadas. Dissipam as possibilidades de novos aprendizados compartilhados pela natureza; perdem a diversidade cultural e a biodiversidade, e intensificam a vulnerabilidade social, sobretudo para a população mais empobrecida de meninas e mulheres, diante da profunda exposição às consequências (14).

Para o presente estudo foi definido os municípios do semiárido que estão em extrema pobreza, e a partir dessa intersecção entre território e contexto, que analisamos à VBG, em particular às violências sexuais, que atingem meninas e adolescentes que vivem nesses locais em comparação aquelas que estão fora do semiárido e do contexto de pobreza extrema.



¹Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD): O fenômeno da desertificação é definido como a degradação das terras secas, designadas como áridas, semiáridas e subúmidas secas, em decorrência das atividades humanas e variabilidade climática, conforme aponta a Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação. Os espaços considerados propensos à ocorrência da desertificação inserem-se na região denominada Área Susceptível à Desertificação (ASD) no Brasil, definida no âmbito do extinto Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca -PAN-Brasil. Tais fatores estão associados à intensificação da emissão dos gases do efeito estufa (GEE) e contribuem com as mudanças do clima no cenário mundial.

Emissão dos gases do efeito estufa (GEE) e contribuem com as mudanças do clima no cenário mundial

2.2 Bases de dados, seleção de variáveis

Os dados selecionados para este estudo foram obtidos no Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS do Ministério da Saúde (MS). Foram utilizados dados dos sistemas de informação do Sistema Nacional de Agravos de Notificação (SINAN – Violência), Sistema Nacional de Nascidos Vivos (SINASC) e Dados do Censo Nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fornecidos no DATASUS.

Para todos os dados foi utilizado o filtro: sexo – feminino, grupo etário – 10 a 14 (meninas) e 15 a 19 (adolescentes), Semiárido (Sim/Não) e Município em extrema pobreza (Sim/Não). Com isso foi gerada dois contextos de município: Municípios dentro do Semiárido em extrema pobreza e Municípios fora do Semiárido sem extrema pobreza. A variável raça/cor foi utilizada de forma interseccional, mas não estava disponível em todas as informações

No SINAN foram selecionadas as violências sexuais (estupro, abuso sexual e exploração sexual) registradas no período de 2019 a 2022. No SINASC o período analisado foi 2022. Já os dados do Censo/IBGE, 2010, incluíram: taxa de analfabetismo de mulheres segundo raça/cor (%); abastecimento de água no domicílio (%); e proporção de crianças em situação domiciliar de baixa renda por raça/cor (%).





3. O SEMIÁRIDO E A POBREZA BASEADA EM GÊNERO

Viver em locais onde as secas prolongadas são uma realidade se apresenta como um desafio diário para meninas e mulheres que estão inseridas neste contexto, sobretudo com a intersecção da pobreza extrema. Essa realidade, esse território árido, ausente de infraestrutura, impacta a vida e o destino das pessoas que estão neste lugar. Quando analisamos a Tabela 1, em relação à taxa de analfabetismo, mulheres que estão no Semiárido em contexto de extrema pobreza, apresentam maiores taxas em comparação aquelas que não estão no mesmo cenário. Com destaque para as mulheres Pretas (33,4%) que, entre todos os grupos raciais dentro do Semiárido (Branca: 19,2%; Parda: 24,2%; Indígena: 24,6%) apresentam as maiores taxas de analfabetismo e são quase 3 vezes mais quando observamos o mesmo grupo racial (11,3%) fora do semiárido e 7,3 vezes mais em relação as Brancas (4,6%).

Dentro e fora do contexto do Semiárido e de pobreza extrema são as mulheres, principalmente as mulheres negras, que apresentam mais desvantagens no acesso à educação, pois essas barreiras são constituídas pelas desigualdades estruturais de gênero, que quando se intersecciona com o racismo e suas manifestações, e com a pobreza extrema agudizam essa situação. Os resultados do Censo/IBGE de 2022 apontam a permanência das disparidades raciais em relação a taxa de analfabetismo que, de forma preliminar, se apresenta menor entre as mulheres Brancas (4,2%) e às de origem Asiática (amarelas) (2,5%) quando comparadas as mulheres Pretas, Pardas e Indígenas do mesmo grupo etário que tiveram taxas mais elevadas de 9,5%, 8,1% e 17,2%, respectivamente (15).

Tabela 1. Características sociodemográficas dos Municípios dentro do semiárido em extrema pobreza e Municípios fora do semiárido sem extrema pobreza, 2010

	Municípios dentro do semiárido em extrema pobreza	Municípios fora do semiárido sem extrema pobreza
Taxa de analfabetismo de mulheres segundo raça/cor (%)		
Branca	19,2	4,6
Preta	33,4	11,3
Parda	24,2	9,4
Indígena	24,6	21,7
Total	23,2	7,0
Abastecimento de água no domicílio (%)		
Rede geral	68,42	85,88
Poço ou nascente na propriedade	5,31	9,68
Poço ou nascente fora da propriedade	7,54	3,04
Carro-pipa	4,06	0,16
Água da chuva armazenada em cisterna	5,10	0,08
Água da chuva armazenada de outra forma	0,57	0,03
Rio, açude, lago ou igarapé	5,98	0,59
Outra	2,98	0,53
Proporção de crianças em situação domiciliar de baixa renda por raça/cor (%)		
Branca	76,2	32,65
Preta	85,69	56,5
Parda	83,75	55,74
Indígena	87,48	83,01
Total	81,44	44,87

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

A falta de acesso à educação e a interrupção dos estudos para crianças, adolescentes e mulheres é um dos resultados para aquelas que vivem em locais com escassez de água e seca prolongada. No Semiárido, cerca de 68% das pessoas que residem em contexto de extrema pobreza têm acesso à rede geral de abastecimento de água, enquanto fora dessa situação alcança cerca de 86%. Entre aquelas que precisam providenciar água em Poço ou nascente fora da propriedade (7,54%) e em Rio, açude, lago ou igarapé (5,98%), soma-se 13,52%, no entanto apenas 5,10% das residências do semiárido em extrema pobreza tem cisterna para armazenar água das chuvas (Tabela 1).

De acordo com as Nações Unidas, no Brasil, uma em cada sete mulheres não tem acesso a água tratada. No município de Alagoas, região do Semiárido, mulheres caminham até 8 horas, ou seja, 15 km em busca de água (16).

Ao considerar a divisão sexual do trabalho, que define os papéis desiguais de gênero em muitas sociedades e realidades, é atribuído, de forma desproporcional às meninas e mulheres a função de prover a água (4). Segundo o relatório do UNICEF-OMS (2023), mundialmente, meninas e mulheres têm quase duas vezes mais probabilidade do que meninos e homens de serem responsáveis pela recolha de água para as famílias e passam mais tempo a fazê-lo todos os dias (2,6). São elas também as responsáveis pela utilização diária da água, além de gerenciar o seu uso, planejar a quantidade de água para o domicílio e para a irrigação, determinar onde a armazenar, negociar o acesso à água com os seus vizinhos e avaliar a qualidade da fonte de água, a fim de fazer uma escolha informada sobre quais os pontos de recolha de água a utilizar (2,3).

Com isso, há uma perpetuação do ciclo de pobreza baseada em gênero. As viagens repetidas por dia na providência da água reduzem o tempo que meninas e mulheres poderiam se dedicar a outras atividades, como ir à escola, realizar atividades geradoras de rendimentos ou desfrutar de tempos livres. A responsabilidade de desenvolver essa função coloca meninas e mulheres longe da escola, da segurança e da diversão (2,6). Também em termos de responsabilidade, mesmo no contexto urbano, que não é foco desse estudo, são também as meninas e mulheres, as encarregadas em garantir a água para o domicílio, e são elas as principais vítimas da ausência de saneamento básico nas periferias do espaço urbano (1).

As mulheres, em geral, compõem o grupo social mais representado entre as pessoas em extrema pobreza, porém esta situação não é homogênea. Quando interseccionamos outros marcadores e contextos, é observado uma agudização do ciclo de pobreza baseado em gênero, em que mulheres negras e indígenas, mulheres de comunidades tradicionais, mulheres que vivem no Semiárido e demais locais com escassez de água e prolongadas secas são mais expostas ao fenômeno da pobreza extrema.

Segundo Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, o Brasil (IFP: 118,5) é um dos países que apresenta um alto Índice de Feminização da Pobreza (IFP)², com a sexta posição em relação aos

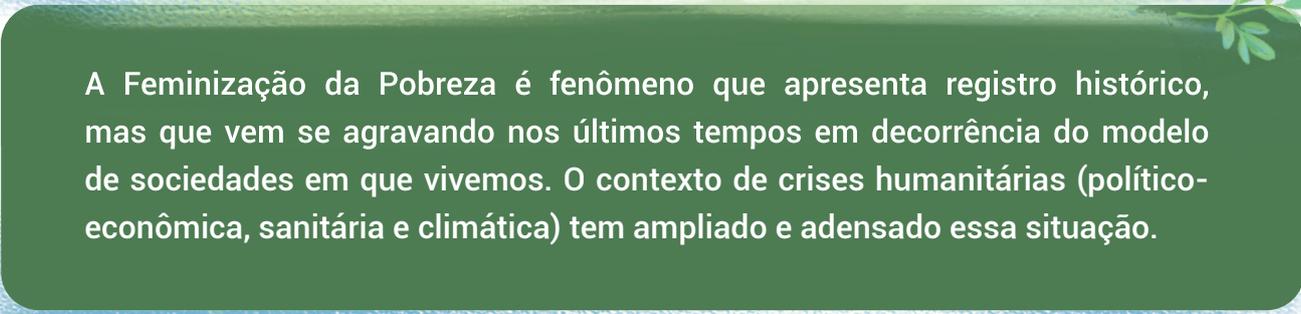


²O índice de feminidade da pobreza compara a porcentagem de mulheres pobres de 20 a 59 anos em relação aos homens pobres nesta mesma faixa etária



outros países da América Latina (113,3) (17). Em 2019, para cada 100 homens vivendo em lares pobres da região, havia 113,3 mulheres nesta mesma situação. Isso evidencia a falta de autonomia econômica das mulheres – que, na ausência de demais rendimentos aportados por outros integrantes da família, são mais propensas a estarem em situação de pobreza, aprofundada em domicílios com maior presença de crianças.

Os dados apresentados neste estudo evidenciam a profundidade das desigualdades para aquelas que vivem no semiárido em extrema pobreza. Quando observamos a proporção de crianças que vivem em domicílio de baixa renda dentro do Semiárido (81,44%) chega a aproximadamente o dobro em relação àquelas que estão fora (44,87%). Contudo, ao acionar a camada racial, a situação torna-se mais grave para crianças Indígenas (87,48%), Pretas (85,69%) e Pardas (83,75%) quando comparadas com as Brancas (76,20%) (Tabela 1).



A Feminização da Pobreza é fenômeno que apresenta registro histórico, mas que vem se agravando nos últimos tempos em decorrência do modelo de sociedades em que vivemos. O contexto de crises humanitárias (político-econômica, sanitária e climática) tem ampliado e adensado essa situação.

Então, observa-se o aumento da proporção de mulheres entre os pobres na chefia dos domicílios, com a responsabilidade financeira e de cuidado das pessoas, em particular as crianças e idosas/os. No entanto, é importante destacar que este fenômeno é racializado – Feminização Racializada da Pobreza - considerando que são as mulheres negras, na maioria das vezes, que apresentam maior contingente populacional nesse cenário. Assim como, são elas, as “viúvas da seca”, mulheres e mães que seguem sozinhas na criação dos filhos e que passam a acumular outras funções na chefia de família (18), pois no contexto de longa estiagem, os homens saem das suas cidades deixando famílias, mulheres e filhas/os, retirantes do Semiárido em direção a região Sudeste do Estado brasileiro.

Com isso, observamos neste contexto, cada vez mais adensado pelas mudanças climáticas, as estiagens progressivamente mais duradouras, o efeito cascatas da ausência e/ou do baixo investimento do Estado e das infraestruturas para a permanência das pessoas em seus territórios com qualidade de vida e dignidade humana. Ao mesmo tempo, é fundamental que políticas públicas, como o programa de cisternas, alcancem o Semiárido brasileiro e as mulheres deste território, com abordagens sensíveis ao gênero, considerando a feminização da pobreza, as violências de gênero e o uso do tempo.



4. VIOLÊNCIAS SEXUAIS E SUAS CONEXÕES COM A SECA PROLONGADA

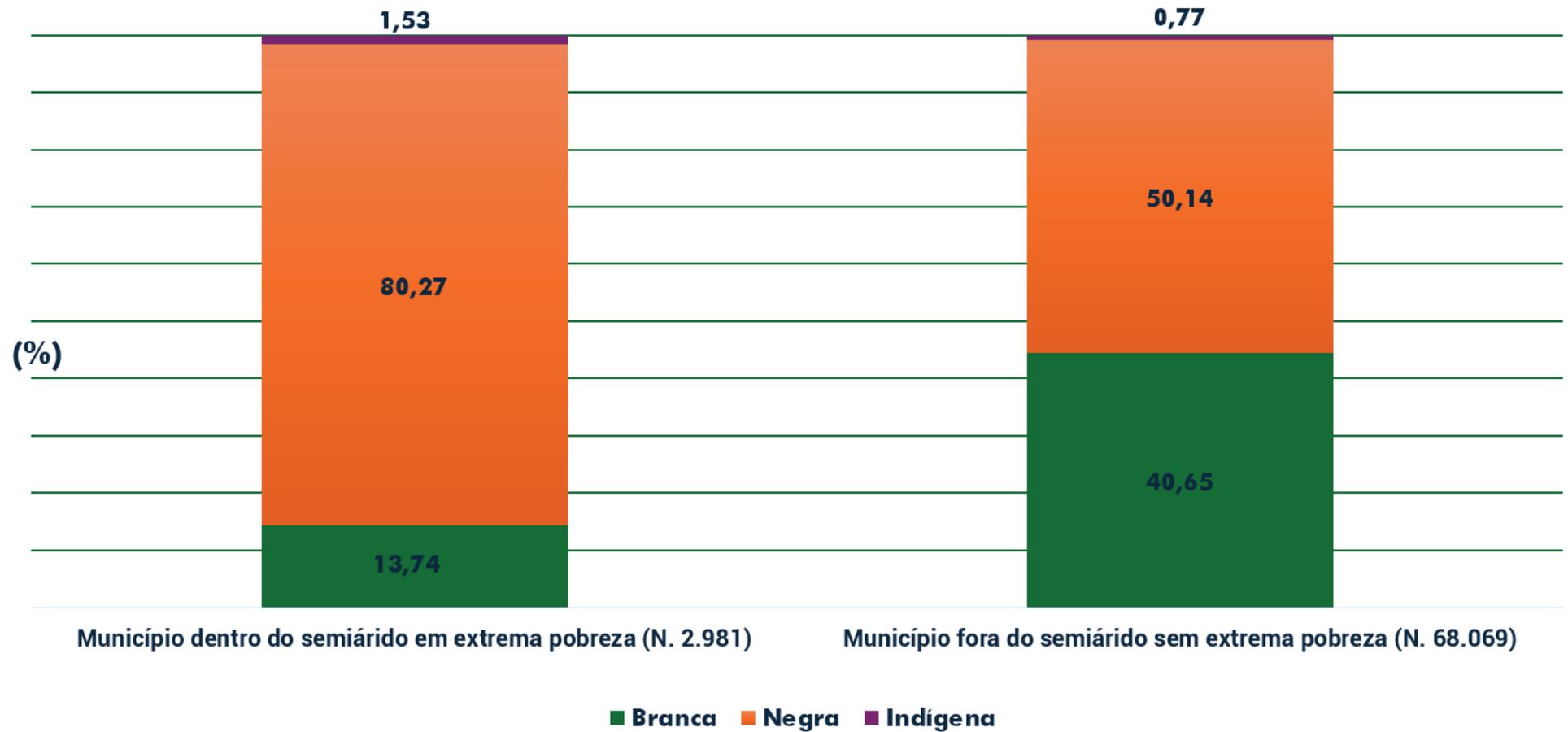
Existe uma relação entre os efeitos das mudanças climáticas e as Violências Baseadas em Gênero (VBG), sendo considerado um efeito indireto das consequências dos eventos extremos como pode ser visto no Box 1. A violência contra meninas e adolescentes é uma violação dos direitos humanos e uma questão social e de saúde pública. É um fenômeno social persistente e multiforme. Neste estudo observamos 71.050 casos notificados de violência sexual contra meninas e adolescente no quadriênio 2019 – 2022, sendo 2.981 nos municípios do semiárido em contexto de pobreza e 68.069 nos municípios que não estão no semiárido e nem em contexto de pobreza. Situação de violência contra meninas e adolescentes neste estudo é semelhante aos resultados que investigações nacionais e internacionais já evidenciaram, em que elas são as principais vítimas e que as violências ocorrem majoritariamente nas residências, com pessoas conhecidas e na grande maioria homens.

Ao analisar as violências sexuais segundo raça/cor dentro e fora do Semiárido, observamos que as meninas e adolescentes Negras apresentam o maior percentual entre as vítimas, e que isso se redobra para as meninas Negras (80,27%) que estão nos municípios do Semiárido, sendo maior que as meninas negras (50,14%) e chegando ao dobro das meninas brancas (40,65%) que estão fora dos municípios do Semiárido (Figura 1). Sabe-se que pobreza é genderizada, mas também é racializada, considerando que são as mulheres negras e indígenas as que mais vivem em pobreza extrema, com isso gerando mais exposição a violência sexual para esses grupos ainda quando crianças. O contexto histórico da hipersexualização dos copos negros e indígenas desde muito cedo, tem causado diversas violências e violações para as adolescentes (10).

Neste cenário situam-se as intersecções de gênero, raça, geração e o contexto de pobreza adensado pelas secas prolongadas.



Figura 1. Notificação de Violência Sexual em Meninas e Adolescentes (10 a 19 anos) segundo raça/cor dentro e fora dos Municípios do Semiárido em extrema pobreza, quadriênio (2019 - 2022)



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan/Ministério da Saúde

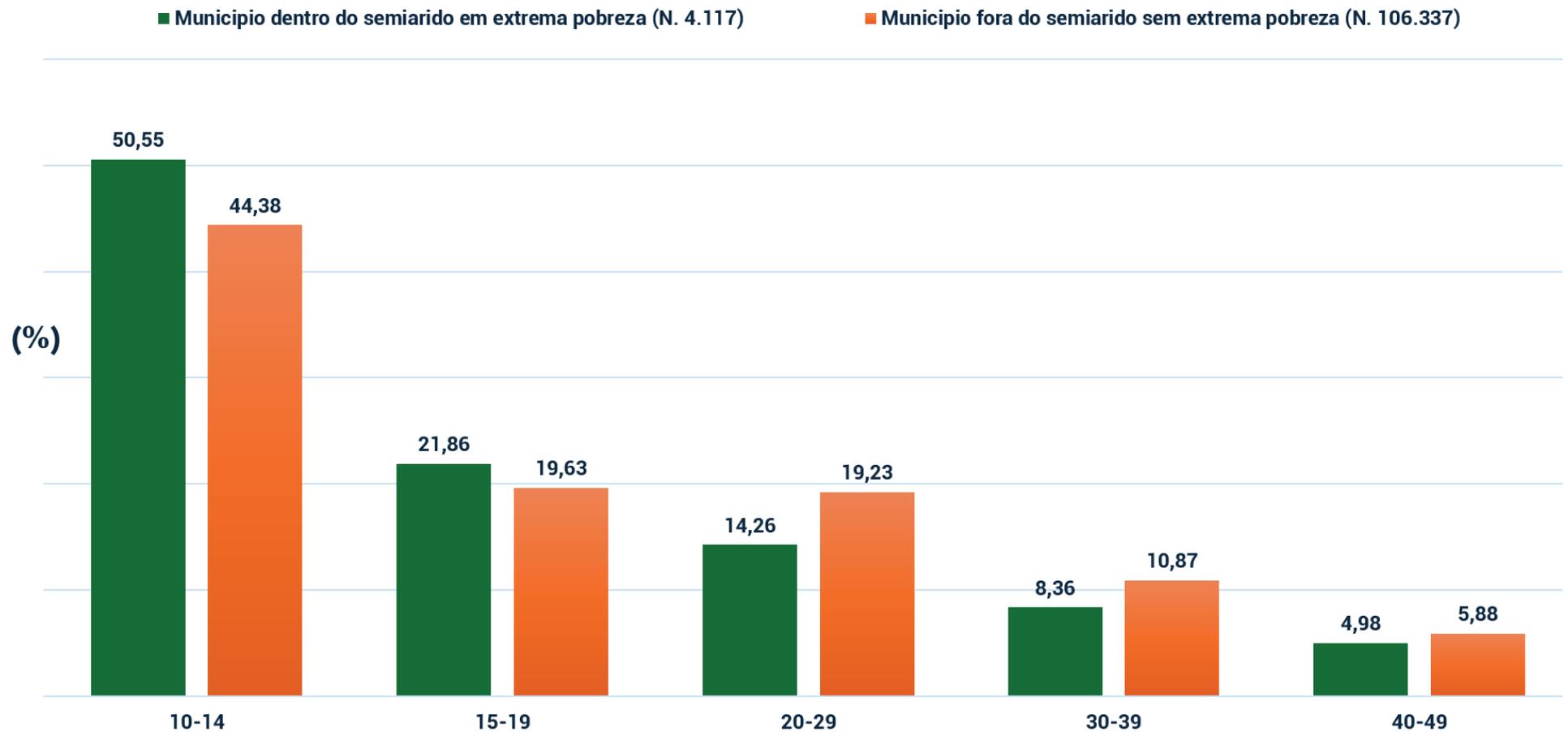
Em relação ao grupo etário, meninas e adolescentes no semiárido em contexto de pobreza apresentam maior percentual se comparado com as que estão fora deste contexto (Figura 2), sendo uma realidade encontrada nas pesquisas nacionais e internacionais e nas denúncias sobre esse tipo de violência. Mas, é fundamental registrar e reconhecer a subnotificação para esse grupo etário principalmente para aquelas que estão em contexto de pobreza extrema. Questões que podem ser atribuídas à subnotificação é que para obter essa informação é preciso que as meninas e adolescentes, assim como a pessoa responsável, identifiquem a violência sofrida, acesse ao serviço de saúde e notifiquem a violência. Assim como o acolhimento das/os profissionais de saúde é fundamental, uma pesquisa nacional sobre subnotificação de violência contra as mulheres, concluiu que no Brasil tem uma elevada subnotificação no setor saúde considerando importante capacitação dos profissionais para o reconhecimento de situações de violência e conscientização da importância da notificação (19).

Os grandes vazios assistenciais nesses territórios, também é um fator que contribui para a subnotificação, pois a falta de uma rede de saúde com atenção a violência sexual faz com que, muitas vezes, pessoas vítimas de violências e de suas consequências não consigam denunciar e/ou precisam realizar longos deslocamentos para acessar os serviços que se concentram nos grandes centros urbanos, sendo acionada mais uma outra barreira, a econômica (20).

Segundo as informações do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES do Ministério da Saúde, na região do semiárido até abril de 2024, **dos 1.626 municípios apenas 14 ofertam serviços de atenção às pessoas em situação de violência sexual e serviços de referência para interrupção de gravidez nos casos previsto por lei, sendo menos de 0,90%.**

É importante destacar as barreiras relacionadas a estigmas e preconceitos como “tabus” e discurso moral de trabalhadoras/es da saúde em torno da violência sexual, em particular quando atinge meninas e adolescentes. Essa situação faz com que elas não procurem o serviço de saúde por medo de serem discriminadas e maltratadas (21), e isso também colabora para a subnotificação, além da violação do direito à saúde.

Figura 2. Notificação de Violência Sexual em Meninas, Adolescentes e Mulheres (10 a 49 anos) dentro e fora dos Municípios do Semiárido em extrema pobreza, quadriênio (2019 - 2022)



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan/Ministério da Saúde

A violência sexual ocorre por meio do assédio sexual, estupro, exploração sexual entre outras situações. Neste estudo, pode ser observado que as meninas e adolescentes do Semiárido e em contexto de pobreza apresentam maiores proporções para o estupro e a exploração sexual, e para as que estão fora dos municípios foi observado maior percentual para o assédio sexual (Figura 3). Esses dados podem oferecer pistas sobre o nível de informação em relação à Violência Baseada em Gênero (VBG): quanto mais “sutil” mais difícil de capturar, considerar violência e denunciar. Meninas e Adolescentes com informações adequadas conseguem identificar as diversas formas de manifestações das violências sexuais.

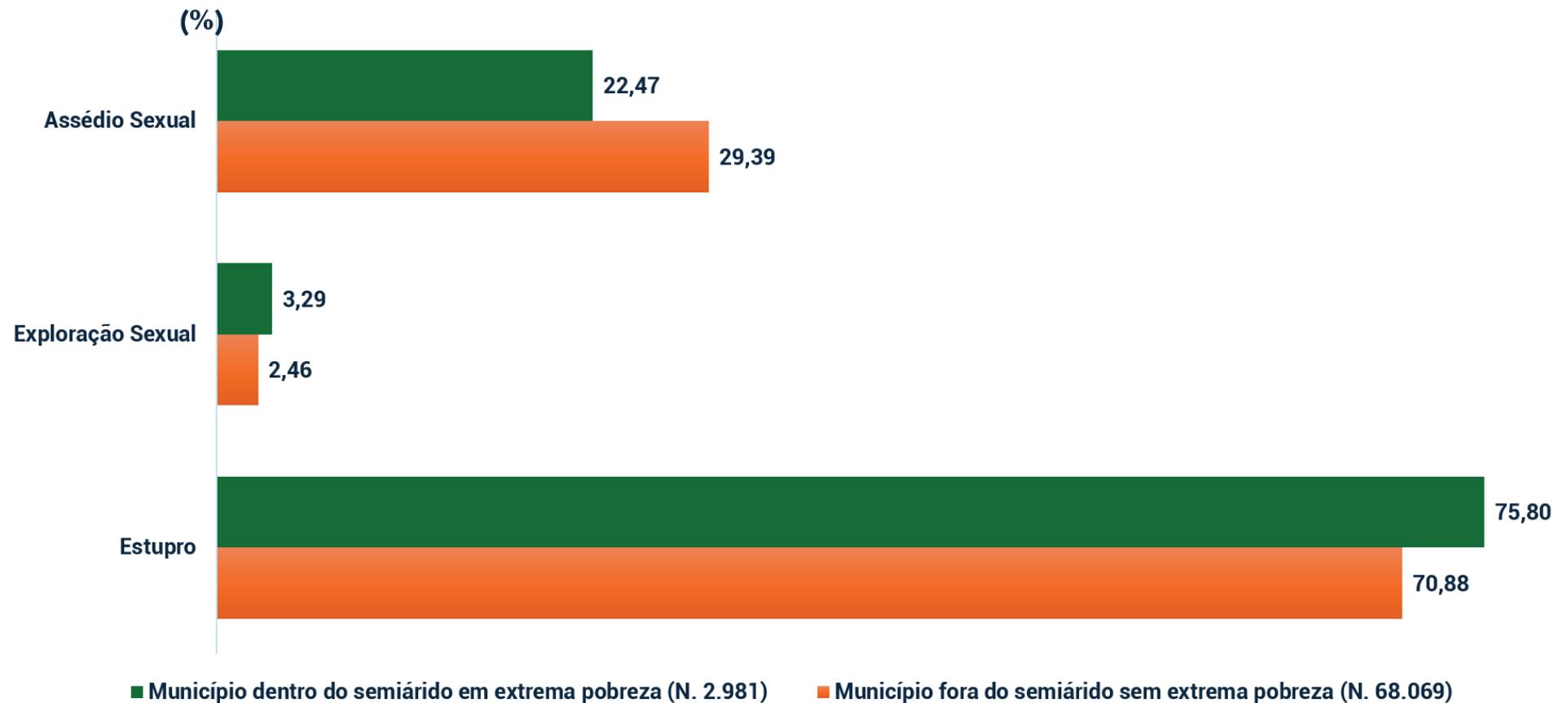
Por outro lado, em contextos de violações estruturais como a falta de saneamento básico, particularmente a escassez de água, os direitos individuais como os sexuais e reprodutivos, assim como a autonomia corporal³ ficam em suspensão. E muitas vezes é por meio das violações desses direitos, por meio da exploração sexual de meninas e adolescentes, que elas e suas famílias têm acesso, mesmo que de forma precária, à água.

O estupro se apresenta em maior proporção entre as violências sexuais selecionadas no estudo, com maior percentual para aquelas que estão dentro do Semiárido em contexto de pobreza (75,80%) quando comparamos com as que estão fora do contexto (70,88%) (Figura 3). A seca prolongada pode ser um fator a contribuir para adensar o desfecho do estupro, considerando que organizações multilaterais, assim como organizações feministas têm apontado e confirmado essa relação entre eventos climáticos extremos e as Violências Baseadas em Gênero (VBG), particularmente a violência sexual contra meninas e adolescentes (2,3,6,22).

³Autonomia corporal significa ter o poder e a capacidade de fazer escolhas sobre nossos corpos e futuros, sem violência ou coerção. Isso inclui quando, se ou com quem fazer sexo. Inclui quando, se ou de quem você deseja engravidar. Fonte: Relatório Situação da População Mundial 2021 - Meu corpo me pertence: Reivindicando o direito à autonomia e à autodeterminação, UNFPA. Disponível em: https://brasil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop2021-report-br_web_0.pdf

A falta de uma infraestrutura de abastecimento de água pode aumentar a vulnerabilidade a violência contra meninas e mulheres durante a caminhada para buscar água, assim como outros recursos florestais como lenha (2). Segundo Itzá Castañeda Camey et al (2020) (4), embora não existam dados estatísticos nacionais sobre a violência sofrida por meninas e mulheres em relação a recolha da água, dados disponíveis a nível local indicam que as meninas e mulheres nesta situação são desproporcionalmente mais vítimas de violência. Por isso, a Violência Baseada em Gênero (VBG) está sendo chamada para o centro da agenda climática, já que as violações e violências aprofundadas neste contexto de mudanças do clima colocam em risco a autodeterminação, a integridade e a autonomia corporal de meninas, adolescentes e mulheres.

Figura 2. Notificação de Violência Sexual em Meninas, Adolescentes e Mulheres (10 a 49 anos) dentro e fora dos Municípios do Semiárido em extrema pobreza, quadriênio (2019 - 2022)



Fonte: Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan/Ministério da Saúde



5. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E CASAMENTO INFANTIL: UMA REALIDADE NA POBREZA DO SEMIÁRIDO

A gravidez na adolescência e o casamento infantil também estão entre os efeitos indiretos relacionadas aos eventos climáticos extremos. Adolescentes e crianças sofrem frequentemente de maneira desproporcional com as estratégias adversas de resposta adotadas pelas famílias, pois são, por exemplo, retiradas da escola ou se casam muito cedo (23).

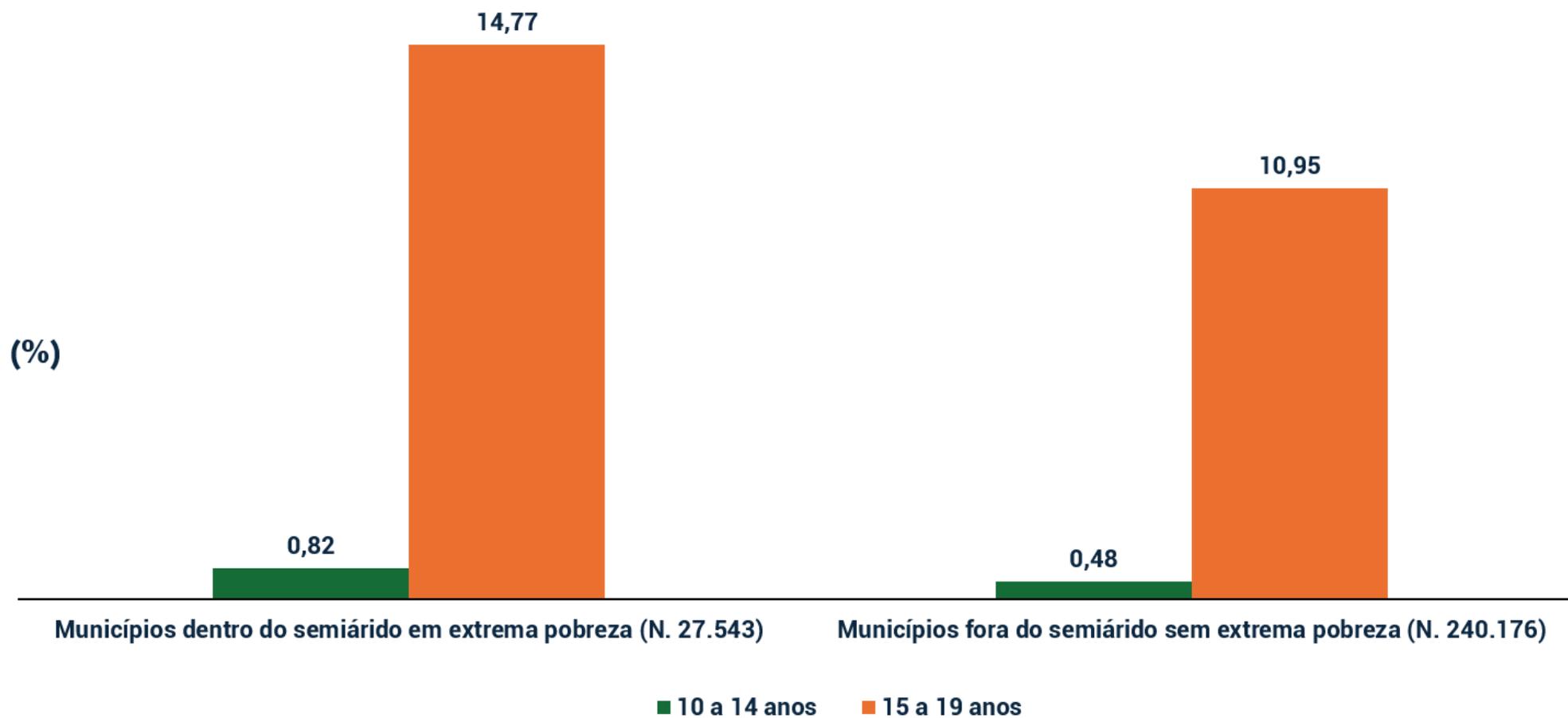
A maternidade na adolescência, um reflexo da sociedade racista patriarcal, é uma questão de justiça reprodutiva e está sob a agenda de direitos humanos e de saúde pública (21). Mas, particularmente, a maternidade entre as meninas de 10 a 14 anos, tem sido interpretada com uma violação da autonomia e integridade corporal de crianças que se tornam mãe precocemente. Além de ser visto como a ausência do estado brasileiro no direito constitucional ao aborto legal que é reservado para esse grupo etário, pois é considerado crime de estupro de vulnerável (24). Com isso, quando analisamos a maternidade entre crianças de 10 a 14 anos, entende-se que elas são vítimas de estupro que resultaram em gravidez.

No presente estudo esta realidade se apresenta mais grave quando analisamos as meninas e adolescentes que residem no Semiárido em contexto de extrema pobreza e se tornaram mães no ano de 2022, sendo quase o dobro para as de 10 a 14 (0,82%) anos e quase 5% a mais para as de 15 a 19 (14,77%) anos quando comparamos com as que estão fora dos municípios do semiárido sem extrema pobreza (10 a 14 anos: 0,48%; 15 a 19 anos: 10,95%) (Figura 4). No Brasil, em 2019, o percentual global de meninas e adolescentes que se tornaram mães foi menor do que para as que vivem no Semiárido (10 a 14 anos: 0,68%; 15 a 19 anos: 14,04%) (21).

Quando analisamos os grupos raciais, podemos observar o mesmo padrão dentro e fora do Semiárido em extrema pobreza, sendo a situação mais grave dentro do semiárido para as meninas e adolescentes negras (10 a 14: 0,85%; 15 a 19: 15,12%), apresentando o maior percentual que se tornam mães na adolescência, exceto para as meninas e adolescentes indígenas, que apresentam maior percentual fora do contexto do semiárido (10 a 14: 3,21; 15 a 19: 23,47%) (Figura 5), devendo-se ao incremento desse percentual na região da Amazonia Legal. A maior ocorrência de gravidez e maternidade na adolescência é em meninas negras, de menor renda e escolaridade e de periferia. Questões de ordem social, econômica e política interferem na saúde sexual e reprodutiva, na autonomia corporal e no exercício do seu direito.



Figura 2. Notificação de Violência Sexual em Meninas, Adolescentes e Mulheres (10 a 49 anos) dentro e fora



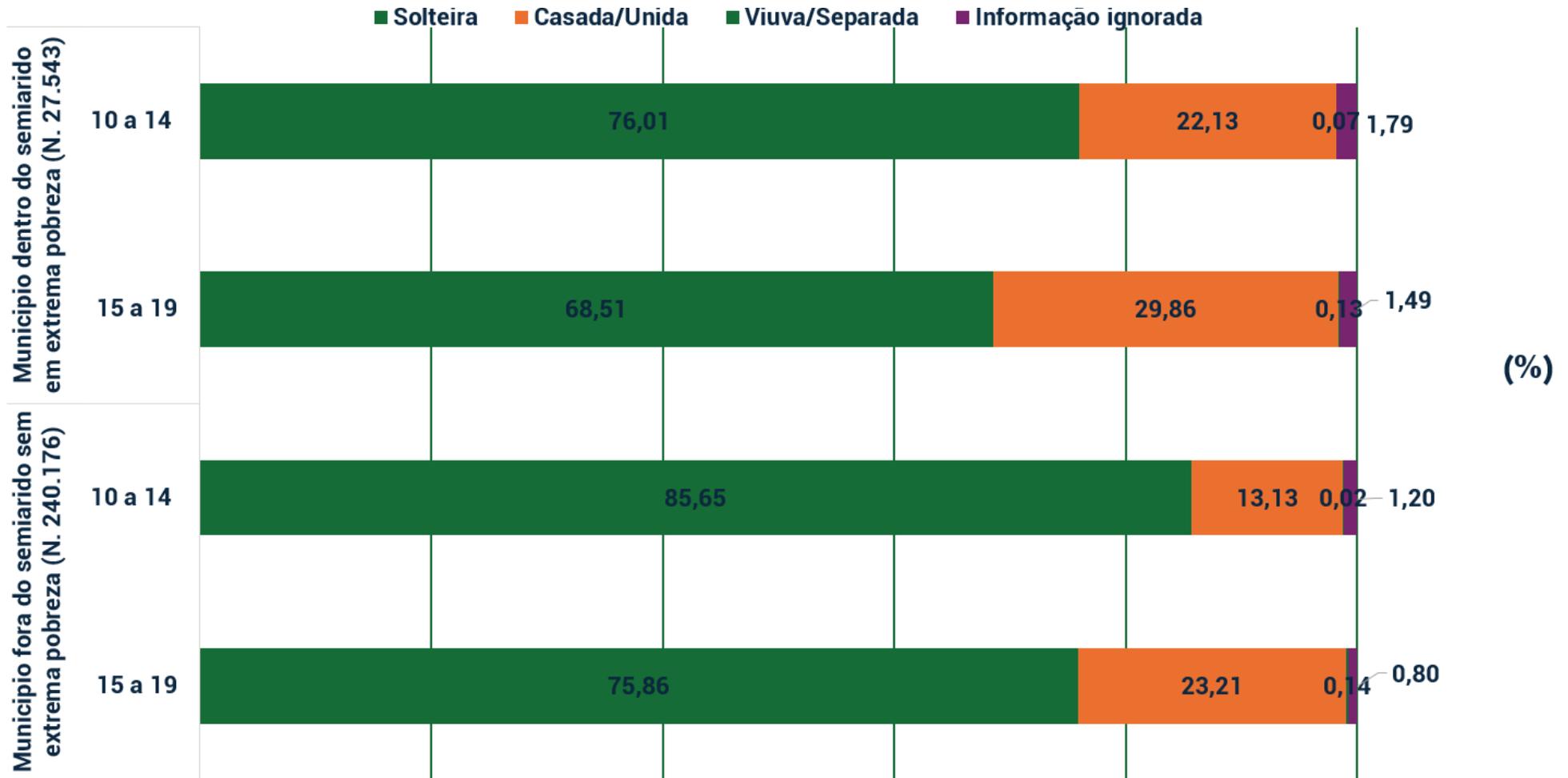
Fonte: Sistema de Informação de Nascidos Vivos – Sinasc/Ministério da Saúde

O casamento infantil é uma realidade ainda presente na vida de muitas meninas e adolescentes no mundo. Faz parte do conjunto de violações direitos humanos, das crianças e das mulheres, no âmbito dos direitos sexuais e direitos reprodutivos e que junto com mutilação genital, estupro e assédio sexual e gravidez na adolescência atinge, prioritariamente, meninas e adolescentes negras, pobres e que vivem longe dos centros urbanos (25). Os dados apresentados neste estudo mostram que as meninas e adolescentes que vivem nos municípios do Semiárido em extrema pobreza apresentam percentuais maiores para algum tipo de arranjo conjugal, como casada ou unida, as meninas de 10 a 14 anos dentro do semiárido (22,13%) apresenta um percentual de 10% a mais que as meninas que estão fora do Semiárido em extrema pobreza (13,13%), sendo semelhante às adolescentes de 15 a 19 anos (23,21%) (Figura 5).

Uma de cada cinco crianças em todo o mundo se casa antes de cumprir os 18 anos. **O Brasil ocupa o quarto lugar no mundo em números absolutos de meninas e adolescentes casadas até a idade de 15 anos (26).** O casamento infantil é uma violação dos direitos humanos, cujo enfrentamento está previsto inclusive no **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5.** Embora a Lei 13.811/2019 (que alterou o Código Civil Brasileiro) proíba expressamente o casamento de adolescentes menores de 16 anos. **Porém, a Pesquisa Estatísticas do Registro Civil do IBGE, no ano de 2022, 112 meninas obtiveram o estado conjugal de casada no Registro Civil e adolescentes mulheres de 15 a 19 anos representam 6,07% dos casamentos realizados neste período (27).**

A prevalência do casamento infantil varia de acordo com os países e as culturas, sendo impulsionada por fatores como a pobreza e o acesso limitado à educação. As mudanças climáticas podem agravar ainda mais este problema. No contexto de longas estiagem, quando as famílias enfrentam uma perda significativa derivada de um evento extremo relacionado ao clima, podem recorrer a vários mecanismos de resposta, como aumentar o trabalho, retirar as crianças da escola e até mesmo recorrer ao casamento precoce de meninas (7).

Figura 5. Percentual de meninas e adolescentes mães com algum tipo de arranjo conjugal precoce dentro e fora dos Municípios do Semiárido em extrema pobreza segundo raça/cor, 2022



Fonte: Sistema de Informação de Nascidos Vivos – Sinasc/Ministério da Saúde



6. CONSIDERAÇÕES

Os eventos climáticos extremos estão associados a um aumento da violência baseada no gênero e são frequentemente relacionados a insegurança econômica e alimentar, o stress mental e uma maior exposição as hierarquias de gênero (28). A falta de acesso a água como ocorre no Semiárido brasileiro, devido à seca prolongada, onde é preciso uma longa jornada de caminhada, colocam meninas e mulheres em risco aumentado as violências sexuais.

O ciclo da pobreza gerado e aprofundado pelas alterações climáticas, ao lado da falta de acesso a água impactam os direitos sociais e humanos de meninas e mulheres. Sem serviços de água, saneamento e higiene geridos de forma segura, meninas e mulheres ficam mais vulneráveis a abusos, violências e problemas de saúde, afetando a sua capacidade de estudar, trabalhar e viver com dignidade (2).

Neste contexto, a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens fica prejudicada já que são elas desde muito cedo que precisam prover recursos naturais como a água, muitas delas interrompem os estudos e são precocemente inseridas em matrimônios.

É neste sentido que chamamos atenção que para alcançar a Igualdade de Gênero dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS-5) será preciso que a agenda do clima, em particular a de adaptação climática, seja sensível ao gênero e se comprometa em colocar no centro da governança climática as crianças, adolescentes e mulheres. São elas que sofrem consequências da inação e/ou de uma adaptação que não reconhece as desigualdades interseccionais prévias.

Uma adaptação climática baseada da equidade de gênero é central, considerando os registros de muitos países, que relatam que meninas e mulheres são as responsáveis em buscar os recursos naturais para garantir comida e água à comunidade e ao domicílio. Assim como, garantir em lugares invisibilizados e esquecidos o acesso a iluminação domiciliar e pública, ampliação de transportes públicos em qualidade e quantidade. Essas questões são fundamentais e impactam positivamente na redução das violências sexuais no espaço público e privado.

Uma ação diante das mudanças climáticas que reconhece as questões de gênero impostas as meninas e mulheres pode contribuir na mitigação do ciclo das Violências Baseadas em Gênero, em termos gerais, e eliminar o ciclo, em termos específicos, para aquelas que estão associadas aos efeitos diretos e indiretos dos eventos climáticos extremos como os apresentados no BOX 1.

A política climática sensível ao gênero traz como o reconhecimento das diferenças entre os gêneros nas necessidades e capacidades para a adaptação. Fundamental a participação e influência equitativas entre os gêneros nos processos de tomada de decisões na agenda da adaptação climática. O acesso igualitário e justo dos gêneros ao financiamento e a outros

benefícios resultantes de investimentos na adaptação.

Para uma governança climática real e que atinja a totalidade é fundamental a presença das mulheres e suas intersecções, das identidades de gênero e de orientação sexual sub-representadas nos espaços de tomada de decisão, assim como será preciso uma governança baseada no gênero, na raça, no território e outros marcadores sociais correlatos para a superação das desigualdades em direção a uma adaptação climática equânime.

Por fim, as crianças são agentes do futuro, mas antes disso precisamos proteger as meninas e adolescentes nesse contexto de mudanças climáticas, garantindo sua integridade corporal e uma vida digna.



REFERÊNCIAS

1. Pierobon C, Fernandes C. Cuidar do outro, cuidar da água: gênero e raça na produção da cidade. *Estud Av.* 20 de março de 2023;37:25–44.
2. UN-Water [Internet]. [citado 30 de junho de 2024]. Water and Gender. Disponível em: <https://www.unwater.org/water-facts/water-and-gender>
3. IUCN Human Rights in Conservation Team. Gender and national climate planning [Internet]. IUCN; 2021 [citado 30 de junho de 2024]. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/node/49860>
4. Castañeda Carney I, Sabater L, Owren C, Boyer AE. Gender-based violence and environment linkages [Internet]. IUCN; 2020 [citado 28 de junho de 2024]. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/node/48969>
5. The Washington Post. Climate change has led to domestic violence. 2023 [citado 28 de junho de 2024]; Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/climate-environment/2023/01/03/domestic-violence-climate-change-umoja/>
6. UNICEF. Women and girls bear brunt of water and sanitation crisis – new UNICEF-WHO report [Internet]. 2023 [citado 28 de junho de 2024]. Disponível em: <https://www.who.int/news/item/06-07-2023-women-and-girls-bear-brunt-of-water-and-sanitation-crisis---new-unicef-who-report>
7. Women Delivery. THE LINK BETWEEN CLIMATE CHANGE AND SEXUAL AND REPRODUCTIVE HEALTH AND RIGHTS [Internet]. 2021. Disponível em: <https://womendeliver.org/wp-content/uploads/2021/02/Climate-Change-Report.pdf>
8. SisterSong Women of Color Reproductive Health Collective. Environmental Justice: Woman is the First Environment. The Reproductive Justice Briefing Book | Study Guide [Internet]. 2023 [citado 30 de junho de 2024]. Disponível em: <https://www.law.berkeley.edu/php-programs/courses/fileDL.php?fID=4051>
9. UNFPA. Conheça seus direitos! - Violência baseada no gênero durante a Pandemia da COVID-19. 2021; Disponível em: <https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/Know%20Your%20Rights%20Guide%C2%A0Portuguese.pdf>
10. de Oliveira Ramos D, Goes EF, Ferreira AJF. Intersection of Race and Gender in Self-Reports of Violent Experiences and Polyvictimization by Young Girls in Brazil. *J Racial Ethn Health Disparities.* agosto de 2022;9(4):1506–16.
11. Saffioti HIB. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cad Pagu.* 2001;115–36.

12. CONNEL, Raewyn. Gênero em termos reais. São Paulo: Inversos; 2016. 276 p.
13. Instituto Nacional do Semiárido - INSA. Instituto Nacional do Semiárido - INSA. 2023 [citado 30 de junho de 2024]. O Semiárido Brasileiro. Disponível em: <https://www.gov.br/insa/pt-br/semiarido-brasileiro/o-semiarido-brasileiro>
14. Oliveira Junior I. Fatores do processo de Desertificação no Nordeste do Brasil: desafios para governança climática. [Internet]. Vol. V. Bahia: Caderno Iyaleta Vol. 05. Selo Iyaleta. Org. Iyaleta - – Pesquisa, Ciências e Humanidade: Salvador/BA; 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1P-cjBqyQGc4Zfi5oiQ4jNVFVVGfjuGtf/view>
15. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Panorama do Censo 2022. 2024 [citado 30 de junho de 2024]. Panorama do Censo 2022. Educação. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>
16. Amancio A. ODS 6. Mulheres caminham 8 horas por dia em busca de água no Semiárido -. Colabora [Internet]. 2023 [citado 30 de junho de 2024]; Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods6/sem-cisternas-mulheres-caminham-8-horas-por-dia-em-busca-de-agua-no-semiarido/>
17. CEPAL. Índice de feminidade da pobreza [Internet]. 2016 [citado 30 de junho de 2024]. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt/indicadores/indice-feminidade-da-pobreza>
18. Régia da Silva V. Crise do clima no semiárido contribui para sobrecarga feminina e alteração do fluxo migratório [Internet]. Gênero e Número. 2021 [citado 30 de junho de 2024]. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/viuvras-da-seca-mudancas-climaticas/>
19. Vasconcelos NM de, Bernal RTI, Souza J, Bordoni P, Stein C, Coll C, et al. Subnotificação de violência contra as mulheres: uma análise de duas fontes de dados. Cienc Saude Colet [Internet]. 2024 [citado 30 de junho de 2024]; Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/subnotificacao-de-violencia-contra-as-mulheres-uma-analise-de-duas-fontes-de-dados/18899?id=18899&id=18899>
20. Goes EF, Menezes GMS, Almeida M da CC, Araújo TVB de, Alves SV, Alves MTSSB e, et al. Vulnerabilidade racial e barreiras individuais de mulheres em busca do primeiro atendimento pós-aborto. Cad Saude Pública [Internet]. 10 de fevereiro de 2020 [citado 8 de agosto de 2022]; 36. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/csp/a/Gk58HJMk95gYjSqztFm84hS/?lang=pt>
21. Goes EF, Ferreira AJF, Meira KC, Myrrha LJD, Reis APD, Nunes VGDA, et al. Desigualdades raciais nas tendências da maternidade adolescente e no acesso ao pré-natal no Brasil, 2008-2019. Res Soc Dev. 2 de janeiro de 2023;12(1):e8312139404.

22. United Nations Population Fund. State of World Population 2009: Facing a Changing World - Women, Population and Climate [Internet]. UN; 2010 [citado 30 de junho de 2024]. (State of World Population). Disponível em: <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210603447>
23. Doherty FC, Rao S, Radney AR. Association between child, early, and forced marriage and extreme weather events: A mixed-methods systematic review. *Int Soc Work*. 1o de maio de 2024;67(3):616–34.
24. Castro L. Jusbrasil. 2014 [citado 30 de junho de 2024]. Legislação comentada - artigo 217-a do CP - estupro de vulnerável. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/legislacao-comentada-artigo-217-a-do-cp-estupro-de-vulneravel/121943504>
25. Goes E. Deixem nossas meninas: Casamento Infantil, sexismo e racismo [Internet]. *População Negra e Saúde*. 2018 [citado 30 de junho de 2024]. Disponível em: <https://populacaonegrasaude.wordpress.com/2018/06/04/deixem-nossas-meninas-casamento-infantil-sexismo-e-racismo/>
26. Nações Unidas Brasil. 2021 [citado 30 de junho de 2024]. América Latina e Caribe: uma década perdida para acabar com o casamento infantil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/79673-am%C3%A9rica-latina-e-caribe-uma-d%C3%A9cada-perdida-para-acabar-com-o-casamento-infantil>
27. IBGE. Tabela 4406 - Casamentos, por mês de registro, estado civil dos conjugues, grupo de idade dos conjugues e lugar de registro [Internet]. 2024. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/4406#resultado>
28. Food and Agriculture Organization of the United Nations. The Unjust Climate [Internet]. 2024 [citado 30 de junho de 2024]. Disponível em: <https://www.fao.org/socioeconomic-research-analysis/resources/unjust-climate/the-unjust-climate/en?deliveryName=DM214450>

©Iyaleta – Pesquisa, Ciências e Humanidades

EDITORIAL IYALETA

Conselho Editorial

Dandara de Oliveira Ramos
Diogo Sousa Silva
Gabriela Leandro Pereira
Júlio Cesar de Sá da Rocha
Leonildo Severino da Silva
Rafael Xucuru-Kariri
Tatiane de Cassia da Costa Malheiro
Terezinha de Jesus Soares dos Santos

Equipe Editorial

Ananda Ribeiro Duarte
Andrêa JF Ferreira
Daiane Batista de Jesus
Diosmar Marcelino de Santana Filho
Emanuelle Freitas Góes

Projeto Gráfico

Geórgia Nunes

Caderno Iyaleta Vol. VI

Autora Emanuelle Freitas Góes

Tabelas e Gráficos Emanuelle Freitas Góes

Design Miolo e Capa Geórgia Nunes

Revisão crítica: Andrêa Jacqueline Fortes Ferreira

Formato Capa 21 x 29,7cm

Número de páginas 28

ISBN Ebook: 978-65-980472-5-2

Edição Agosto, 2024

Sobre a Autora

Emanuelle Goes é doutora em Saúde Pública com concentração em Epidemiologia pelo Instituto de Saúde Coletiva/ Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA) defendendo a tese sobre Racismo e Aborto. Coordenação Científica e Pesquisadora Sênior na Associação de Pesquisa Iyaleta - Pesquisa, Ciência e Humanidades e Líder da linha de pesquisa Equidade de Gênero e Justiça Reprodutiva. Realizou Estágio Sanduíche na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (Universidade do Porto). Mestre em Enfermagem (UFBA). É graduada em Enfermagem pela Universidade Católica do Salvador (2004). Atualmente é Pesquisadora Associada (CIDACS/Fiocruz/Bahia). Professora Colaboradora no Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Co-coordena o Grupo de Estudo e Pesquisa Justiça Reprodutiva, Desenvolvimento e Desigualdades (Redes) e o Projeto Gravidez e Maternidade na adolescência: um estudo da Coorte de 100 Milhões de Brasileir@s (CIDACS/Fiocruz/Bahia). Tem experiência nas áreas de Racismo e Desigualdades raciais e Saúde; Interseccionalidades e Saúde; Justiça Reprodutiva; Aborto; Mudanças Climáticas e Gênero; Dados e Informação em Saúde.



+1,5°C
DESIGUALDADES ZERO
- ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA IYALETA -

“Redução de 1,5°C e Desigualdades Zer0” é uma chamada de ação da **IYALETA - Pesquisa, Ciências e Humanidades** às Partes e aos governos nacionais e subnacionais, responsáveis pela efetividade do Fundo de Adaptação, os Planos Nacionais de Adaptação e pela aprovação dos mecanismos de regulamentação das Perdas e Danos, e aos que assinaram o Acordo de Paris - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). De forma interseccional, buscamos que as contribuições determinadas nacionais - NDC's (2025 e 2030), além de reduzir as emissões de GEE, eliminem as desigualdades raciais, étnicas, de gênero, geracionais e sociais nos territórios e cidades do Sul Global, um cuidado humanitário com o Planeta 2050.





Conheça a Associação de
Pesquisa Iyaleta - Pesquisa,
Ciências e Humanidades



Conheça a pesquisa
Amazônia Legal Urbana:
análises socioespaciais
de mudanças climáticas



 www.linkedin.com/company/iyaleta/

 www.twitter.com/iyaletapesquisa

 www.instagram.com/iyaletapesquisa

 www.facebook.com/iyaletapesquisa

 IYALETA - Pesquisa, Ciências e Humanidades
Avenida da França, Hub Salvador, nº 393 - 2º andar
Comércio, Salvador, Bahia. Brasil. CEP 40010-000

 contato@iyaleta.org

 +55 71 99187.0907

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL

